

SUPERPRODUÇÃO: VELHAS E NOVAS CRISES

OVERPRODUCTION: OLD AND NEW CRISES

Ivan Cotrim

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e da Fundação Santo André (FSA).
E-mail: ivancotrim@uol.com.br

Resumo

O artigo discute o andamento da crise de 2008/2009, indicando que ela está em processo e que não estão instalados os instrumentos de sua superação. Faz uma digressão sobre as crises anteriores, particularmente 1929 e 1975, para destacar semelhanças e diferenças quanto ao quadro fenomênico que as caracterizam. Indica sua inerência à acumulação de capital e os resultados inumanos que são expostos quando de sua instalação. Mostra as contradições essenciais do capital em seu procedimento acumulativo corrente, independentemente das crises, no sentido de identificar que a miséria humana derivada daquela acumulação será acentuada nas crises. Por fim, indica que as crises só serão superadas com a superação das categorias essenciais do capital.

Palavras-chave: Crises; Exclusão social; Inumanidade do capital.

Abstract

This article approaches the crisis 2008/2009, focusing that it is in process and no means to overcome it have been displayed yet. This also makes a digression on past crises, particularly those occurred on 1929 and 1975, in order to disclose similarities and differences as to the phenomenal pictures which characterize them. It shows how current crisis is brought forth inherently from capital accumulation, as well as inhuman results elicited with its emergence. It also presents essential antagonisms of capital in its current accumulative processes, apart from crises, meaning to hold that human misery resulted from accumulation shall be intensified in periods of crisis. Eventually, it points out that crises shall come to an end only when capital essential categories are overcome.

Keywords: Crises; Social exclusion; Inhumanity of capital.

1

INTRODUÇÃO

Em defesa da autorregulação do mercado, da autonomia de gestão dos bancos de investimento e da meritocracia, Gary Becker, ex-aluno de Milton Friedman e Prêmio Nobel em 1992, ao fundir as teorias econômicas com temas como racismo, família, criminalidade, entre outros, afirma que essa crise atual tem um caráter passageiro. Ele observa que, a despeito das atuais conturbadas relações econômicas, “Os princípios fundamentais da liberdade de mercado, que foi o que trouxe a cultura ocidental até o estágio de desenvolvimento, vão permanecer inabaláveis” (BECKER, 2009, p. 59).

Becker (2009) vê como transitórias as propostas de regulamentação do mercado e do setor financeiro; ao mesmo tempo, afirma que, na Europa, no Japão e obviamente nos Estados Unidos, as injeções de recursos para reativar os mercados atingiram bem mais de uma dezena de trilhões de dólares – o que tem mostrado que a crença incontornável nos mecanismos autorreguladores do mercado, na liberdade de ação, depende da interferência do Estado. Dessa forma, o economista não descarta que as operações dos bancos de investimento sejam normatizadas em sentido restrito, isto é, em momentos como este, de *crise transitória*, em que esse segmento tenha de ser saneado em termos gestionários, para evitar quebras como a do Lehman Brothers. Por fim, afirma Becker (2009) que, em caso de persistência da crise, o remédio necessário será a intensificação do velho protecionismo dos desenvolvidos, na salvaguarda de seus mercados domésticos.

Esse enfático economista, professor na Escola de Chicago, apresenta dois aspectos que parecem ser nucleares em sua análise: o caráter transitório da crise, e a defesa dos mecanismos liberais, tanto no trato das conturbações econômicas quanto em seus fundamentos teórico-ideológicos.

Não é preciso mais que um quadro sintético como esse para se compreender os lineamentos fundamentais que definem o pensamento liberal (e pós-liberal) diante dos tropeços inevitáveis do processo de acumulação de capital – isto é, a utilização dos mesmos e únicos expedientes, convertidos em teoria econômica. Tal postura impede qualquer possibilidade de identificação das contradições encerradas no seio da acumulação de capital, tratando os fenômenos destrutivos próprios das crises como coisa *transitória* e repondo as mesmas e únicas posições histórico-ideológicas a respeito da autorregulação do mercado e da liberdade natural dos indivíduos.

A crise atual vem se estendendo desde 2007, sem sinais efetivos de plena superação. Certamente, esse fenômeno não terá duração indefinida, já que as crises são superadas – como ocorreu com a de 1929 e tantas outras – sem que se superem, entretanto, suas determinações multicausais. As crises são fenômenos devastadores que destroem uma parcela importante das condições da vida humana, e do próprio capital, isto é, tornam inválidas atividades de grande parte da humanidade, atividades convertidas em capital. Este, não podendo continuar a se expandir, vê-se diante da única opção que a crise oferece: a tarefa de destruição de parte substancial do valor criado na fase ascendente da acumulação de capital.

No entanto, é necessário lembrar que, quando se supera uma crise, os capitais se veem forçados, pela concorrência, a avançar na produção de novas tecnologias; tal impulso carrega consigo o conjunto de contradições¹ inerentes à reprodução daquelas mesmas relações que foram antes responsáveis pelas crises. O que significa dizer que os efeitos humano-societários desse desenvolvimento – mantidos sob a *reprodução ampliada do valor* – têm sua positividade humana neutralizada.

De acordo com informações da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO apud CRISE, 2009), a crise elevou para 1 bilhão o número de desnutridos no globo, aproximadamente a sexta parte da população mundial. Desde os primeiros registros da crise, foram inseridos aproximadamente 100 milhões de indivíduos nessa condição desumana. Conforme a mesma fonte, a *distribuição da fome* pelo mundo foi assim registrada:

Quase 53 milhões de pessoas sofrerão fome em 2009 na América Latina e Caribe. O número chega a 642 milhões na Ásia-Pacífico, 265 milhões na África subsaariana, 42 milhões no Oriente Médio e África do Norte e 15 milhões nos países em desenvolvimento (CRISE, 2009).

1 Há contradições que, desde o século XIX até 1913, são registradas por meio de crises ligadas à industrialização internacional: “1816 ou os seguimentos de Waterloo; a crise de 1825 ou as dificuldades da grande praça internacional; a crise de 1836-1839 ou os contágios anglo-americanos; a crise de 1847: da crise econômica à Revolução; a crise de 1857 ou os desdobramentos internacionais; a crise de 1866 e o Overend & Gurney Co; a crise de 1873 ou o reverso de uma vitória; a crise de 1882-1884: da derrocada da União Geral ao ‘pânico dos caminhos-de-ferro’; 1890-1893: a ‘crise Baring’ e os seus efeitos; 1900-1903: da ‘crise elétrica’ ao ‘pânico dos ricos’; crise de 1907 ou uma grande especulação sobre o cobre; a crise de 1911-1913 ou as dificuldades da industrialização alemã” (FLAMANT; SINGER-KEREL, 1983, p. 9). Ainda é preciso considerar a crise de 1929, que só deixou de ser analisada após 1939, com as ações beligerantes (Segunda Guerra Mundial), e a crise de 1974/75 que se estendeu para a década de 1980.

Isso expressa, na forma mais aguda, as contradições inerentes ao processo de acumulação de capital; por exemplo, no setor agrário a produção obteve, nesses anos de crise, uma ligeira elevação.

O diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico Agrícola da FAO, Kostas G. Stamoulis, disse que é a primeira vez na história que o mundo tem tantos famintos. Para ele, a situação é uma contradição, porque o mundo tem muita riqueza, apesar da crise. “Neste ano, temos quase um recorde da colheita de grãos, então não há falta de comida, há falta de acesso” (CRISE, 2009).

Além disso, as análises que a FAO expõe constantemente parecem não encontrar eco entre as autoridades mundiais:

As estimativas da FAO confirmam a tendência da última década para uma insegurança alimentar maior e revelam claramente o impacto da crise nas populações mais pobres do planeta. “O aumento da insegurança alimentar que aconteceu em 2009 mostra a urgência de encarar as causas profundas da fome com rapidez e eficácia”, afirma a organização. A atual desaceleração da economia mundial, que segue a crise dos alimentos e dos combustíveis e “coincide em parte com ela, está no centro do crescimento da fome no mundo”, indica a agência da ONU (CRISE, 2009).

A crise atual – sinalizada desde 2007, quando a maioria dos países em desenvolvimento revisou para baixo as taxas de PIB previstas para o ano de 2008 – foi confirmada pelos Estados Unidos: com uma economia de expressão dominante internacionalmente, a atenção mundial a suas sinalizações foi indispensável. Em 14 de outubro de 2008, a presidente do FED regional de San Francisco, Janet Yellen, ante as estimativas de que, na melhor das hipóteses, o terceiro trimestre de 2008 teria crescimento zero, e que a projeção para o quarto trimestre seria negativa, anuncia com pesar que “Definitivamente, a economia dos Estados Unidos parece estar em recessão” (RECESSÃO, 2008). Contudo, observa que a situação estava muito distante daquela que golpeou os Estados Unidos em 1929, tanto pelas lições aprendidas quanto pela capacidade de reação positiva contra a crise. Além disso, houve queda no consumo doméstico: este representou 70% do PIB norte-americano, e em outubro caiu 0,3% em relação a setembro (GASTOS, 2008).

Assim, fazem parte do quadro degenerativo da economia na crise os dados que seguem:

- encolhimento da produção industrial da Espanha em nada menos que 21,6%, no primeiro semestre de 2009, em relação ao primeiro semestre de 2008 (PRODUÇÃO, 2011);
- crescimento de 31,3% do desemprego no Japão nos meses de maio e junho de 2009 em relação ao mesmo período de 2008, com uma taxa de 5,4%, ou 3,48 milhões de trabalhadores desempregados (TAXA, 2009);
- encolhimento da economia europeia em 2,5% no primeiro trimestre de 2009 em relação ao último trimestre de 2008, e 4,8% em relação ao mesmo período de 2008 (PIB, 2009);
- taxa de 9,5% de desemprego na zona do euro, a maior nos últimos 10 anos (EUA, 2009a).

Certamente, esses dados já seriam suficientes para constatar a crise. Entretanto, considerando a rota descendente que o PIB dos Estados Unidos assumiu desde o final de 2007, bem como a importância que esse país tem para a economia internacional, é possível afirmar não só a existência da crise, mas o padrão de sua gravidade: em 2007, o crescimento médio norte-americano foi de 2,37%; em 2008, essa média caiu para -0,3%; e, em 2009, para -3,7% (com os dados disponíveis, nos dois primeiros semestres).

A economista da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Sara Elder, alerta, em meados de 2010, para a formação de uma “geração perdida”: 81 milhões de jovens desempregados em todo o mundo. Na América Latina, ela também constata que, no período da crise, o desemprego na faixa dos jovens cresceu 11,4%. No caso particular do Brasil, a política do Bolsa Família contribuiu para diminuir o desemprego cujos índices, embora muito elevados, tiveram uma redução de 18,7% para 17,0% (OIT, 2010).

Se Becker tem razão em afirmar que a crise é *transitória*, não se pode deixar de registrar que ela *transita* de uma condição social gravemente inumana para outra, cuja perspectiva não é senão o aprofundamento da deterioração de enorme parte da humanidade, puxada para baixo por determinação das contradições do capital, responsáveis pelas crises.

A defesa que o liberalismo faz do controle social pelas forças do mercado demonstra um evidente descompromisso com as determinações das crises, bem como uma negligência das consequências materiais e ideológicas derivadas.

Infelizmente, posições como as de Becker são levadas a sério e tratadas com o respeito sacerdotal às escrituras sagradas. Torna-se, portanto, mais visível em períodos de crise a crença liberal que identifica o *modus vivendi* do capitalismo com uma suposta natureza humana, que faz derivar um inquestionável *proceder econômico* (isto é, a sociabilidade no e pelo mercado).

Dessa forma, não pode surgir nenhuma análise concreta; as vicissitudes do mercado, a lei de oferta e procura, a *velha mão invisível* (desde o século XVIII, com Smith) permanecem como única opção de regulação das atividades humanas (econômicas). Contudo, essas mesmas atividades permanecem sendo incontrolláveis pelos próprios indivíduos; estes, na verdade, encontram-se subsumidos às leis formais do mercado, limitando-se a espreitar um equilíbrio *mágico*, enquanto as condições substanciais das crises permanecem intocadas.

Neste momento, cabe a seguinte questão: por acaso a cientificidade keynesiana suprimiu o *obscuro objeto* de análise da economia, o mercado? Obviamente que não. Ele projetou e objetivou uma ousada intervenção naquele objeto, afirmando, com a mesma ousadia, que faz parte do movimento cíclico do capital os momentos de redução das atividades, isto é, as crises (o que Marx já compreendia desde a década de 1840).

Pode-se, então, perceber que Keynes inovou, com ousadia, uma forma de restabelecer a crença liberal no mercado. A cada crise e, esta acaba sendo a questão central, a garantia de que o mercado não seja posto em dúvida; apesar da manutenção dessa crença, nos encontramos periodicamente, tal como hoje, diante do fenômeno da crise.

No entanto, não é (nem foi) estranha nos períodos de crise (e fora deles) a afirmação cega, por parte dos ideólogos liberais ortodoxos e heterodoxos, dos mecanismos de mercado. Vale lembrar que – nos momentos que antecederam as crises – tal apego ao *obscuro objeto* da economia levou, inexoravelmente, aqueles ideólogos à mais plena euforia diante do evidente crescimento econômico, como se aquele momento não mais se esgotasse.

2

1929: A CRISE PADRÃO DO SÉCULO XX

É necessário observar como são descritos os vários momentos que marcaram a crise de 1929. Esta foi antecedida por euforias forjadas no turbilhão das

apostas na Bolsa de Valores, pois os excedentes de valor alcançados pela superprodução dos anos anteriores assim permitiram.

Até o princípio de 1928, a alta das cotações das ações não é excessiva, pois acompanha o aumento dos lucros. A partir de março de 1928, inicia-se o *boom* puramente especulativo. A lei da oferta e da procura rege a Bolsa, mas J. K. Galbraith entende que a influência de algumas grandes firmas foi decisiva. As declarações otimistas de homens de negócios bem escolhidos vão acoroçoar a corrente especulativa no sentido da alta. Os grandes capitães da indústria – quer se trate do rádio, do automóvel, do aço – afirmam alto e bom som sua esperança no futuro da atividade econômica e, portanto, dos lucros (NIVEAU, 1969, p. 223).

Essa posição de entusiasmo e euforia caracterizou os momentos imediatamente antecedentes das crises, o que certamente obscureceu ainda mais as consciências diante das contradições inerentes ao capital; mas esse entusiasmo refletiu a expansão do capital, sua reprodução ampliada decorrente da objetivação das novas tecnologias, das mudanças de patamar de concorrência e exploração do trabalho. Isso ocorreu nos Estados Unidos e se converteu na mais incrível especulação que a Bolsa de Valores de qualquer país já havia enfrentado. Niveau (1969, p. 223) oferece a dimensão dessas operações e o uso político que se fez ante a sinuosidade do capital *fictício* nas Bolsas:

No dia 12 de junho de 1928 verifica-se um primeiro recuo da Bolsa: nesse dia, 5.052.790 ações mudam de mãos. Registram-se quedas de 23 pontos. Mas a alta recomeça a partir de julho e a campanha para as eleições presidenciais escora-se em promessas de prosperidade: os republicanos afirmam para quem quiser ouvir que a eleição do candidato democrata marcaria “o advento de uma depressão em 1929”. Hoover foi eleito por grande maioria e a Bolsa acolheu a vitória republicana com nova alta dos preços. Em suas Memórias, o presidente Hoover estigmatizou nestes termos a especulação: “Há crimes”, escreveu, “piores que o assassinio, pelos quais os homens mereceriam ser injuriados e castigados”. Fazem-se empréstimos nos bancos para comprar títulos na Bolsa e, diante da procura crescente, os estabelecimentos bancários de Nova Iorque emprestam a prazo curtíssimo, a juros de 12%, tomando emprestado a 5% ao Federal Reserve. Todo o mundo lucra e a euforia americana difunde-se com a credulidade.

Outra manifestação destacada por Niveau (1969, p. 224) – que reafirma o uso político e a alienação em relação à sociabilidade do capital, bem como o alheamento às sinalizações de superprodução que já se faziam presentes – pode ser identificada no que segue:

No princípio de outubro de 1929, o presidente do Banco Federal de Reserva de Nova Iorque, C. E. Mitchell, em viagem pela Alemanha, sustenta que a “situação industrial dos Estados Unidos é absolutamente sadia”, que se atribui demasiada importância aos empréstimos dos *brokers* e que “nada pode deter a alta das cotações”. No dia 15 de outubro, já de partida para os Estados Unidos, C. E. Mitchell afirma: “De um modo geral, a situação dos mercados é satisfatória [...] as cotações têm base sadia em vista da prosperidade do nosso país”. Nesse mesmo dia, Irving Fisher declara: “As cotações da Bolsa atingiram um alto platô permanente [...] espero ver a Bolsa muito mais alta do que hoje daqui a alguns meses”. Não era possível a ninguém iludir-se melhor.

Os pressupostos da acumulação de capital geradora da superprodução que antecedeu a crise de 1929 encontram-se alojados na própria economia desenvolvida no interior dos Estados Unidos, nos anos anteriores. O núcleo dinâmico das forças produtivas internacionais havia se deslocado para aquele país, que apresentava as melhores condições de absorção e desdobramento tecnológico. Devido ao mercado interno que vinha historicamente dando mostras inconfundíveis de sua capacidade, ao potencial de concorrência externa adquirido após a Primeira Guerra Mundial, à conquista do mercado internacional alcançada durante e depois do período beligerante citado, ou, ainda, devido a tudo isso, os Estados Unidos reuniram as melhores condições econômicas de produção e realização de capital – o que lhes proporcionou um avanço na direção da posição em que se encontra hoje, como polo hegemônico do imperialismo. Ao lado dessas vantagens gerais, agregou-se outra: por ocasião do armistício, esse país pôde implantar planos de financiamento do desenvolvimento europeu, particularmente do alemão.

A miscibilidade dos capitais imperialistas capitaneados pelo norte-americano² conduziu à potencialização da acumulação naquele país. Entretanto, o

2 Desde 1924, com a implantação do Plano Dawes, em que participaram Alemanha, principalmente, na recepção de empréstimos norte-americanos para recomposição econômica e pagamentos das indenizações de guerra, mas também Inglaterra, França, Bélgica e Itália, que os Estados Unidos põem em destaque sua presença na economia internacional.

progresso conduzido pela *expansão do valor* não demorou a tropeçar em contradições: a distribuição do valor que se expandia foi se concentrando e excluindo segmentos menos sólidos, reduzindo o poder aquisitivo e intensificando a captação de mais-valia. Com tudo isso, criou-se uma sobrecapitalização cada vez mais difícil de se reproduzir nos padrões em que vinha ocorrendo, pelos limites que o mercado interno começava a sinalizar, mas também pela limitação que o mercado europeu – que já retomava um certo progresso interno – começava a revelar ao reduzir sua demanda por produtos ou capital norte-americanos.

Até início de 1929, os Estados Unidos encontravam-se dentro da mais favorável situação econômica desde o período anterior à Primeira Guerra; a taxa de desemprego atingira 0,9% da população ativa. A reversão do processo acumulativo – e por consequência a crise que foi se instalando – pode ser dimensionada pelos seguintes dados:

A produção industrial declinou 28% entre 1929 e 1931. O desemprego ganhou-se a 16% da população ativa em 1931. Equivale isto a dizer que o número dos desempregados, 429 mil em 1929, engrossou até 7 milhões em 1931 (FLAMANT; SINGER-KEREL, 1983, p. 81).

A clássica crise de superprodução se revela quando o forte desenvolvimento das forças produtivas esbarra nos limites impostos pela expansão do valor. O capital já não pode seguir acumulando nos mesmos padrões anteriores, porque há taxas de lucro ascendentes, expansão dos investimentos, expansão das taxas de ocupação da capacidade produtiva e da mão de obra, entre outros fatores. Ao lado desse declínio característico das crises de superprodução, a expansão do capital-dinheiro revela-se na concentração do valor na esfera financeira do *ciclo do capital*. Ao mesmo tempo, a elevação dos lucros industriais e comerciais facilita a elevação do capital fictício; este, juntamente com o capital financeiro, busca por meio de especulações um caminho para continuar realizando-se como capital. A Bolsa de Valores pode exercer (e exerce) essa função absorvendo parte do excedente em seu mercado em franca expansão. O capital financeiro abre linhas de crédito para financiar as operações nesse mercado, fazendo com que os excedentes financeiros sejam parcialmente absorvidos.

De 1926 a 1928, esse mecanismo foi colocado em movimento nos Estados Unidos, reduzindo a imediatividade de um colapso drástico como o que ocorreu em 1929:

O choque inicial foi sentido em Wall Street. Durante os “anos 20”, a especulação bolsista alcançara aí uma amplitude considerável. O fenômeno teve dois traços que aumentaram a fragilidade e o aspecto fictício dessas operações. Por um lado, a prosperidade de certas indústrias refletia-se no valor das ações sem que estas tivessem representado novos equipamentos; por outro lado, uma nova camada de pequenos especuladores viu aberto o acesso à Bolsa. O papel desempenhado pelos *Investments trusts*, se não foi o motor, contribuiu para sustentar e acelerar o movimento (FLAMANT; SINGER-KEREL, 1983, p. 79-80).

A alienação (ou autonomia relativa) dessas operações diante da esfera produtiva do *ciclo do capital* significa o aprofundamento de sua dessincronia com o desenvolvimento das forças produtivas – condição possível somente pela especificidade dessa esfera (capital financeiro e fictício). E se não se pode tributar a essas operações as causas da crise, pode-se, entretanto, afirmar que aquelas fazem parte ativa desta, correspondendo nos limites de sua especificidade ao seu incremento.

Além disso, a crise de 1929 forneceu um padrão: as crises futuras iriam apresentar-se com características semelhantes em termos da dessincronia dos ciclos creditícios e das operações financeiras, em relação à esfera produtiva.

É certo que a crise de 1929 manifestou-se de maneira específica na Inglaterra, na França, na Alemanha e em outros países. Contudo, a presença do imperialismo norte-americano na economia mundial mostrava-se de tal maneira decisiva que, se de seu dinamismo irradiassem ondulações com propensão ascendente ou declinante, era impossível que o andamento da economia europeia permanecesse indiferente a isso. As particularidades nacionais recebiam, diferentemente, essa influência e, durante toda a década de 1930, os movimentos econômicos de recuperação e de declínio se fizeram sentir, país a país.

Quando Roosevelt assumiu o poder, no final de 1932, o montante de desempregados já atingira 14 milhões, ou 23% da população ativa do país. O New Deal reduziu a dramaticidade humana, mas não alcançou as soluções necessárias e pretendidas pelo governo. Assim, não se superou a crise de 1929 nos Estados Unidos – país gerador e maior receptor das consequências negativas dessa crise –; as tentativas de retomada se fizeram insistentemente durante toda a década de 1930, com o New Deal, mas nenhuma interferência logrou

ser resolutiva para as condições deixadas pela crise. A década movimentou-se entre crise e retomadas restritas até 1939, sem que em momento algum os índices econômicos tivessem qualquer proximidade com os de antes de 1929: “A última crise que os EUA viriam a conhecer antes da guerra durou de setembro de 1937 a junho de 1938. A produção industrial recuou 30%, enquanto o número de desempregados se eleva de 6,4 milhões em 1937 para 10 milhões em 1938” (FLAMANT; SINGER-KEREL, 1983, p. 96).

A crise de 1929 permitiu identificar as características próprias de uma *crise clássica* de superprodução (já que envolveu todo o ciclo do capital), mas também as características que a definiram como *crise padrão* do século XX no que se refere às relações entre capital financeiro e capital produtivo. A crise manifestou uma forte redução nas taxas de lucro; exorbitou na luta pela acumulação de capital apropriando os excedentes financeiros às linhas creditícias com grande intensidade; intensificou igualmente a expansão do capital fictício, tanto na Bolsa de Nova York quanto na de Londres. Por fim, ela foi deixando de ser objeto de preocupação (embora não tenha sido superada) com o anúncio de que as forças sociais na Europa haviam tomado o curso beligerante; esse novo quadro demandaria um esforço de recondução econômica, de todos os países, voltado para o advento da Segunda Guerra Mundial, o que levou a truncar a necessidade de permanecer movendo forças na tentativa de superar a crise³.

As crises não se igualam em termos fenomênicos e de duração, porém apresentam um aspecto comum: refletem as condições de acumulação que lhes antecedem. Esses períodos anteriores são a *causa das crises* por mais paradoxal que possa parecer, pois eles se colocam como formas resolutivas da superprodução de valor e das consequências advindas para o capital. “A expansão súbita e intermitente da escala da produção é o pressuposto de sua súbita contração; esta última provoca novamente a primeira [...]” (MARX, 1980 apud GRESPAN, 1999, p. 261). Isso significa que as crises são intrínsecas ao processo de acumulação de capital: “[...] periodicamente o conflito dos agentes antagônicos se alivia em crises. As crises são sempre soluções violentas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio rompido” (MARX, 1980 apud GRESPAN, 1999, p. 260).

3 As demandas necessárias à economia de guerra substituíram os esforços para superação, de forma direta, da crise de 1929; portanto, não é possível dizer que ela tenha sido debelada, com o restabelecimento das condições endógenas e pertinentes à economia de mercado, tal qual vinha sendo conduzida.

3

CONTRADIÇÕES DO CAPITAL E CRISE ESTRUTURAL

Durante a Segunda Guerra, a economia mundial tomou a forma necessária à consecução desta: o investimento na indústria militar; a conversão de amplos setores produtivos para produção bélica, como armamento convencional, tanques, aviões, porta-aviões, navios de guerra e material específico para esse fim; e a criação de uma força de trabalho superexplorada para essa produção. Também despontaram novas tecnologias resultantes de novas pesquisas científicas, cuja aplicação encontrou maiores e melhores condições na situação beligerante em curso. A teleologia – que informa e orienta esse padrão de organização produtiva – interferiu nas relações comerciais, financeiras e monetárias mundiais.

Assim, a partir de 1944, antigas relações cambiais, por exemplo, foram alteradas; padrões referenciais monetários perderam posição; investimentos produtivos se tornaram inflacionários. Somente na segunda metade da década de 1940, com o fim da guerra, é que se abriu a perspectiva de retomada do curso “normal” da economia. Entretanto, esse período que se estendeu até 1949 vivenciou toda a sorte de contradições e dificuldades em sua própria retomada; o rompimento com a produção para a guerra foi acompanhado por queda na produção dos bens de consumo em geral, pela expansão e posterior redução no fluxo de capitais para reconstrução dos países beligerantes, pela retomada dos movimentos de trabalhadores na tentativa de recompor, em alguma medida, os salários; tudo isso no quadro de recessões e retomadas que se desdobraram até final de 1949.

Recessões e retomadas nos distintos países da Europa, nos Estados Unidos e no Japão marcaram igualmente as duas décadas subsequentes ao segundo conflito mundial. As retomadas da economia se ressentiram dos efeitos do armistício, das novas tecnologias e da alteração nas fronteiras geopolíticas. A economia apresentou-se de forma sinuosa, mas ascendente. Se aquela formulação de Becker sobre a *transitoriedade* tem sentido para tempos de crise, pode muito bem ser aplicada para tempos de prosperidade; pois, já entre 1969 e 1971, o registro de forte recessão anunciou que uma *nova crise* espreitava em um horizonte não muito distante, invertendo aquela tendência que vinha se afirmando desde os anos 1950.

Entre 1971 e 1975, aprofundou-se o desemprego nos países imperialistas, sinalizando a desaceleração da economia em geral. Durante mais de 20 anos, a acumulação de capital contou com recessões leves – como em 1960/1961

e 1966/1967 –, mas naquele momento o número de desempregados passava de 10 milhões para 17 milhões. Mandel (1990, p. 16) afirma ponderando a respeito do desenvolvimento das forças produtivas que haviam se instalado no período ascendente posterior à Segunda Guerra:

Ora, se a produtividade cresce 5% ao ano, é preciso um aumento da produção da mesma amplitude para manter o volume de emprego produtivo – todo o resto permanecendo constante. Com uma população ativa que aumentasse 1% ao ano, necessariamente deveria haver um aumento da produção de 6%. Uma queda da produção de 2%, acompanhada por um aumento da produtividade física de 4% e de um crescimento da população ativa de 0,5%, provocaria uma queda do emprego de cerca de 6,5% na indústria.

No entanto, é bem conhecida a afirmação de Marx de que o caráter originário das crises conta obrigatoriamente com a bifurcação do valor, de tal forma que este último deve realizar-se por meio da venalidade universal para que o caráter útil das forças produtivas possa efetivar-se:

As condições da exploração imediata e as de sua realização não são idênticas. As primeiras apenas são limitadas pela força produtiva da sociedade; as outras, pela desproporcionalidade dos diferentes ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade (MARX, 1980 apud MANDEL, 1990, p. 209).

Dessa forma, são as próprias condições de produção e *realização* do capital que resultam naquelas que dão origem à superprodução: a separação entre valor e valor de uso; o caráter concorrencial próprio da sociabilidade do capital; o caráter individual da propriedade privada em oposição à lei universal do valor; a impossibilidade de controle humano sobre o mercado; a expansão do valor (apropriação da mais-valia) em detrimento da estabilização dos salários; a expansão da produção e os limites dos mercados etc. Da mesma maneira, as causas da crise e as formas de sua aparição também não são unívocas, podendo ela manifestar-se na Bolsa de Valores, no setor financeiro-creditício, no mercado, setorialmente etc., sem que de pronto se note a originária superprodução de valor subjacente às manifestações imediatas.

Um sintoma que se apresenta invariavelmente nos processos de acumulação capitalista é a queda da taxa média de lucros; ela

deve desencadear, nas condições de prosseguimento da expansão e de aprofundamento da especulação, o recurso incessantemente crescente ao crédito e, portanto, o agravamento do endividamento das empresas (MANDEL, 1990, p. 215).

Os distintos padrões tecnológicos entre os empreendimentos capitalistas se manifestarão diante da queda da taxa de lucro, pois esta

acentua a concorrência entre os capitalistas. No entanto, nessa concorrência, as empresas mais fortes tecnologicamente e mais poderosas do ponto de vista das dimensões dos capitais investidos dispõem de vantagens evidentes em relação às retardatárias ou mais fracas (MANDEL, 1990, p. 214).

Além disso,

uma fração do capital recentemente acumulado não pode mais ser investida produtivamente nas condições de rentabilidade “normalmente esperadas”; é cada vez mais retida para atividades especulativas, arriscadas, menos rentáveis (MANDEL, 1990, p. 214).

No final da década de 1960 e no início da de 1970 (período já bem afastado dos efeitos socioeconômicos do pós-guerra), as interferências diretas nos processos econômicos foram se aprimorando. O conhecimento adquirido com as próprias crises e as aplicações de políticas econômicas de ajustes, correções e estímulos foram se desdobrando; contudo,

[...] a técnica principal utilizada pelos governos burgueses para tentar “controlar” o ciclo depois de 1945 foi a política de expansão e controle sucessivos do crédito, isto é, da moeda escritural e da massa monetária no seu conjunto (da “demanda global”). Assim, para frear a amplitude das crises periódicas contínuas de superprodução que vinham ocorrendo havia 25 anos aplicaram a expansão do crédito e a expansão monetária (trata-se, bem entendido, de esforços para reduzir a amplitude das crises, não para impedir seu desencadeamento...). A característica principal da longa fase de expansão do pós-guerra do ponto de vista do funcionamento de conjunto da economia

capitalista internacional foi, portanto, o aparecimento de ciclos de crédito parcialmente autônomos com relação ao ciclo industrial, que procuravam “compensá-lo” (MANDEL, 1990, p. 12).

Os ciclos creditícios não foram os responsáveis pela crise que se desencadeou na primeira metade da década de 1970; mas eles, sem dúvida, compuseram – como mais um fator – as condições gerais da crise. O longo período de acumulação (aproximadamente 25 anos) foi entremeado de recuos econômicos, recessões, avanços e retomadas, que arrastaram as políticas econômicas para soluções comprometedoras, como a do estímulo dinâmico pelo crédito. Este respondeu às limitações que o sistema havia gerado, dada a sincronização do mercado internacional, quando se esgotaram as possibilidades de solução nacional da superprodução.

A primeira recessão generalizada do pós-guerra foi a mais grave, precisamente porque foi geral. A dessincronização do ciclo industrial no período 1948/68 tinha reduzido a amplitude das recessões. Uma queda da produção e da demanda internas dos países golpeados por uma recessão (por exemplo, dos Estados Unidos em 1960, do Japão em 1965 ou da Alemanha Ocidental em 1966/67) foi compensada toda vez por uma expansão das exportações para os países que escaparam da crise. No entanto, em 1974/75, pelo contrário, a sincronização internacional dos movimentos conjunturais nos principais países imperialistas amplificou o movimento de retração da atividade econômica (MANDEL, 1990, p. 11-12).

Esse quadro histórico da economia mundial, de final dos anos 1960 e início de 1970, era composto pela reversão dos efeitos gerados tanto pela expansão das forças produtivas (desenvolvidas pela terceira revolução tecnológica) quanto pela elevação da composição de capital daí decorrente, isto é, a introdução do controle dos meios de produção (máquinas e aparelhamentos em geral) por equipamento eletrônico e a parcial utilização da energia nuclear como fonte de energia e para outras finalidades produtivas industriais.

O impulso da acumulação de capital (na década da Segunda Guerra) associou essa expansão (que se desdobrou até os anos 1960) à superexploração da força de trabalho, decorrente das repressões e do controle sindical operados naquele período. Já o final dos anos 1960 e o início da década de 1970 começaram a expressar uma reversão por intermédio da queda da taxa de lucro, que foi se generalizando internacionalmente. Como exemplo, pode-se citar:

a taxa de lucro nos Estados Unidos em 1961/1965 era de 8,3%, em 1973, de 5,4%; na Inglaterra, em 1960/1964 era de 7,0%, em 1970, de 4,1%; no Japão, em 1967, era de 14,0%, em 1974, de 11,9%.

Além disso, essa reversão marcou também a queda da utilização da capacidade produtiva instalada (que se acentuou de meados de 1960 a meados de 1970), ao lado da retomada dos movimentos operários (que barraram as formas mais aviltantes de sua exploração, características do período anterior). Também compunha essa crise outro fenômeno que nasceu em meio e em função do progresso anterior: o descontrole inflacionário.

De uma inflação permanente que estimulava a atividade capitalista passamos progressivamente, pela via da inevitável aceleração dessa inflação e dos fenômenos de antecipação que esta aceleração provoca, à estagflação de 1970/71 e, depois, à slumpflação (recessão com inflação) em 1974/75. A inflação deixa progressivamente de ter um efeito estimulante sobre a atividade produtiva capitalista no seu conjunto; começa mesmo a ter efeitos perversos: foi preciso, de fato, simultaneamente, doses cada vez maiores de inflação para estimular a "demanda global" (MANDEL, 1990, p. 29).

Essa crise revelou um novo ângulo dentro das crises de superprodução, tratado por Mandel (1990) como *crise estrutural*. A modificação revelada em relação às anteriores – mesmo à de 1929 – a despeito de sua extensão, está fundada nas condições para o uso da *capacidade instalada*, já que sua produção, em função da concorrência e da expansão das forças produtivas sem capacidade correspondente de realização do valor produzido, limita, na radicalidade, sua plena ocupação: “Podemos deduzir *uma não-utilização quase permanente, para fins civis produtivos, de perto de um terço da capacidade instalada de produção nos Estados Unidos*” (MANDEL, 1990, p. 26, grifo do autor) – isso reflete bem o novo caráter da crise resultante da acumulação de capital. Mais tarde, já no início da década de 1980, Mandel (1990, p. 320) confirma essa condição de ser da acumulação capitalista, observando que:

Um estudo que apareceu recentemente na Alemanha, do qual a revista muito conservadora *Business Week* dos EUA louva os méritos, indica que, apesar das reduções dos impostos, de um forte aumento dos lucros e dos rendimentos no período 1982/87, os investimentos produtivos feitos pelas grandes empresas alemãs estão em um nível que é apenas 50%, se não for inferior ao que atingiam no início dos anos 70.

Sem dúvidas, não há crise permanente, como afirma Mandel (1990), mas o *caráter estrutural* que despontou com a crise de 1974/1975 ligou-se diretamente à utilização da capacidade instalada, que veio sendo reduzida: de 1966 a 1970, a média de ocupação anual foi de 84,4%, e de 1971 a 1975, a média anual caiu para 74,5%, em particular nos Estados Unidos. Isso significa que não há investimento produtivo e que este recua em decorrência da impossibilidade de utilização da capacidade já instalada; somente a obsolescência tecnológica e uma conseqüente renovação podem alterar esse quadro, embora as condições de superprodução voltem a se repor.

É conhecido o fato de que produção e produtividade são fenômenos intrínsecos ao desenvolvimento humano, mas, submetidos à expansão reprodutiva do capital, seus efeitos positivos, a fruição direta dos indivíduos, torna-se, em grande parte, neutralizados ante a lógica ampliada do valor. Essa é uma característica intrínseca ao capital em seu processo peculiar, que envolve expansão e crise; mas, quando este último momento se sobrepõe, as condições inumanas do capital são expostas, e o caráter agudo destas reflete sempre nos segmentos mais pobres da sociedade e nas condições basais da vida, o que é sempre mais dramático.

Assim, uma redução da produção de cereais de menos 3% em 1974 (FAO, *op. cit*, p. 7) provocou uma alta dos preços de mais de 250%. Um crescimento de 6% a 7% da produção em 1976, uma queda dos preços de pouco mais que 50%. Essas flutuações relativamente pequenas da produção e significativas dos preços têm uma conseqüência extremamente grave: a fome que se alastrou em 1973/74 na Zona do Sahel, na África, e em zonas importantes da península indiana (sobretudo em Bangladesh e certas regiões da Índia e do Paquistão). Houve igualmente uma diminuição do nível de alimentação popular em certos países da América Latina. No total, a produção local de alimentos por habitante em 1975 era inferior em 40% à média de 1961/65 na Guiné Equatorial, de quase 40% na Argélia, de 15% a 40% no Sahel, de 10% na Etiópia (1974), de 12% no Sri Lanka (1974 com relação à média de 1969/71), de 8% na Índia (1973) e de 15% no Camboja (FAO, *op. cit*, pp. 13-5 e 154-5). Na América Latina, quedas graves aconteceram em Honduras (7% em 1974 com relação à média 1969-71) e no Panamá (12% em 1972/73 com relação à mesma média), assim como na Argentina com menos gravidade (3,5% em 1973 com relação à média 1969/71) (MANDEL, 1990, p. 113-114).

As retomadas percebidas a partir de 1974 contaram com outro fenômeno que, a longo prazo, comprometia o sistema em sua totalidade: o endividamen-

to público e privado a que vinha se submetendo a economia global, conforme demonstram os dados a seguir.

1. De 1960 a 1984, a dívida pública dos EUA cresceu de US\$ 290 bilhões para US\$ 1.573 bilhões;
2. Nesse mesmo período, a dívida privada das famílias norte-americanas passou de US\$ 500 para US\$ 1.830 bilhões, e a das empresas norte-americanas, de US\$ 40 para US\$ 2.600 bilhões;
3. A dívida pública dos demais países, incluindo os emergentes, passou, de 1974 a 1984, de US\$ 350 bilhões para US\$ 1.210 bilhões.

Em outras palavras, em 1984 a dívida mundial ultrapassava US\$ 7 trilhões, e mesmo assim não correspondia a todos os créditos em dólares, pois não contabilizava os créditos às

[...] especulações sobre mercados futuros e sobre as opções, os acordos interbancários, e os créditos dentro dos grupos financeiros. Não é nada surpreendente que, nestas condições, o sistema bancário americano se torne progressivamente o mais vulnerável (MANDEL, 1990, p. 262-263).

A primeira metade da década de 1980 caracterizou-se pela retomada do crescimento econômico, mas ao preço de uma elevação da espiral de uma dívida até então desconhecida. O crescimento, então, esteve associado diretamente a uma condição financeira global que não poderia revelar-se de outra maneira senão em crise. E para evitar uma situação catastrófica para a economia, principalmente a norte-americana, os cofres públicos passaram a socorrer as instituições financeiras em piores condições.

O caso mais grave de salvamento foi o do Continental Illinois, de Chicago, que foi saneado na primavera de 1984 por uma injeção de fundos que alguns estimam em 7,5 bilhões de dólares, e outros (*Financial Times*, 30 de jul. 1984) em 12 bilhões de dólares. Tratava-se, antes da sua quebra, do sétimo banco dos EUA, com 42 bilhões de dólares de ativos ao final de 1982. Foi o salvamento mais importante de toda a história do sistema bancário dos EUA, inclusive com uma injeção de fundos públicos que equivale a uma estatização de fato deste banco (MANDEL, 1990, p. 263).

Confirmadamente, a década de 1980 esteve subsumida a atropelos financeiros de expressão gravemente comprometedor para a economia em geral; os últimos anos da década foram marcados por quebras nas Bolsas de Valores em quase todos os países capitalistas. Esse desastre revela o estado da economia, a superprodução e a impossibilidade de dar sequência à acumulação nos moldes em que vinha se dando. O baixo vigor econômico-produtivo registrado nessa década revela uma superacumulação de capital e, portanto, uma ociosidade acentuada na ocupação da capacidade produtiva. Nos mais ativos ramos da indústria (como aço, construção naval, equipamentos eletrodomésticos, automobilístico, construção civil, química orgânica e outros ramos centrais), a ociosidade teve crescimento acentuado ao longo da década.

Em todos eles encontramos, a nível internacional, uma capacidade ociosa que pode ser estimada entre 20 e 25%. A ociosidade média da indústria americana passou de 25 para 33% da capacidade instalada entre os anos 1979/1985. Já o Ministério do Comércio norte-americano estimava em 35% a ociosidade para este último ano (1988). Como consequência dessa enorme ociosidade presente nos principais ramos industriais, temos que uma parcela significativa do capital novo, acumulado a cada ano, não retorna à esfera produtiva. Este fator é considerado a causa da liquidez e hiper-liquidez no terreno do capital, ou seja, parte crescente do capital novo acumulado é conservada sob a forma líquida ou quase-líquida (MANDEL, 1988, p. 6).

Nesse contexto econômico de excedente de liquidez, a especulação teve maior intensidade, refletindo na derrocada do crescimento das Bolsas; sua quebra refletiu ou antecipou uma recessão longa, atenuada, ainda que de forma insuficiente, pelo advento da *mundialização do capital*. Esse recuo de final de 1980, como nas demais crises e recessões, revelou como sempre o desemprego, a fome, a mortalidade infantil, a redução das condições mínimas de sobrevivência de parte significativa das populações – condições aprofundadas como consequência dessa incontornável lógica inumana do capital.

Certamente, esse momento de recuo reflete os desdobramentos progressivos do período anterior, conforme foi visto em todos os casos; assim, a expansão das forças produtivas desde fim dos anos 1960 ganhou impulso a partir dos primeiros anos da década de 1970 com o crescente investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) por meio do capital público e privado; alguns índices e valores permitiram compreender o crescimento do investimento, em países e regiões representativos da economia internacional: em percentual

do PIB, a Alemanha Ocidental aplicou em 1965 1,72%, chegando em 1976 a 2,13%; os Estados Unidos aplicaram, em 1965, 2,92%, caindo em 1976 para 2,25%; a União Soviética aplicou, em 1965, 2,40%, chegando em 1976 a 3,16%. Quanto aos valores investidos: a Alemanha Ocidental aplicou, em 1965, US\$ 57 milhões, e veio aumentando anualmente até US\$ 103 milhões em 1976; os Estados Unidos, em 1965, US\$ 494,1 milhões, em 1976, US\$ 530,1 milhões; a União Soviética, em 1965, US\$ 499,4 milhões, em 1976, US\$ 1.115 milhões, o que representa um aumento anual significativo, considerando o crescimento do PIB em cada caso.

Essa expansão esbarrarou nos limites postos pela crise de 1975/1976, resultante da superacumulação de capital derivada. Houve um período de retração no crescimento da produtividade média do trabalho, que variou de país a país. Nos Estados Unidos, a taxa anual caiu de 1,8% (1964/1973), para 0,1% (1974/1978). Considerando os mesmos períodos, a retração no Japão foi de 8,9% para 3,2%; na Alemanha, de 4,7% para 3%; na França, de 4,5% para 3%; na Inglaterra, de 3,2% para 0,8%; no Canadá, de 2,4% para 0,6%; e na Itália, de 5,4% para 1,1% (SANTOS, 1983, 1987). Dessa forma, com o desenvolvimento das forças produtivas disponibilizadas não para a fruição humana diretamente, mas para o jogo de força da propriedade privada, para a acumulação concorrencial do capital, foram acentuadas as contradições desse último.

Assim, foi se delineando um quadro na economia internacional, com base na crise estrutural do capital – que define, cada vez com mais precisão, a bifurcação entre o desenvolvimento das forças produtivas sob a forma da capacidade produtiva instalada e a concentração de capital na esfera financeira. Põe-se, então, de forma incontornável o aprofundamento da contradição entre *acumulação* e *valorização* do capital em geral. As palavras de Vergopoulos (2005, p. 52) reforçam essa compreensão:

Conseqüência do retardamento da formação do capital nos países ocidentais é a preocupante queda da produtividade do trabalho: desde 1989, ela evolui na Europa, em média, 1% ao ano, ao passo que nos anos 1960-1975 ela progredia em ritmo cinco ou seis vezes maior. Do mesmo modo, nos Estados Unidos, na década passada, a produtividade do trabalho só progredia de 1% a 2% ao ano, ao passo que nas décadas de 1960-1970 apresentava desempenho quatro vezes maior. Se de fato as economias nacionais atualmente não funcionam, isso não está ligado à globalização como tal. Decorre das políticas nacionais que utilizam a recessão e o desemprego como instrumentos de defesa da moeda, o que acarreta o incremento da poupança, sobretudo sob suas formas financeiras.

E adiante, buscando esclarecer de maneira mais adequada a complexa relação contraditória entre forças produtivas e capital financeiro, Vergopoulos (2005, p. 51) afirma:

Os ativos financeiros absorvem uma parte crescente da poupança, seja nacional, seja internacional: a poupança financeira reunia 31,9% da poupança nacional na França em 1983; hoje, reúne quase 66%. Nos Estados Unidos os ativos financeiros captam hoje 84% da poupança nacional global, 67% na Grã-Bretanha, 61% no Japão e 71% no Canadá (dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)).

A bifurcação entre o capital financeiro reconcentrado e a excessiva capacidade instalada esteve presente no limiar das décadas de 1980 e 1990. A derrocada do pós-capitalismo e sua incorporação à economia de mercado capitalista permitiram a complementação da *mundialização do capital*. Foi exatamente essa expansão – a *globalização* – que permitiu que se debelasse a crise desse período.

Esse processo teve um início tímido, ainda no final dos anos 1970, com as reformas econômicas introduzidas na República Popular da China pela equipe de Deng Xiao-Ping, continuou de forma confusa na União Soviética em meados dos anos 1980, com a adoção da perestroika por Mikhail Gorbachev, alcançou o Vietnã a partir de 1986, se espalhou de maneira febril pela Europa Oriental a partir da queda do Muro de Berlim em 1989 e acabou provocando o próprio colapso e desintegração da União Soviética em 1991, quando a conversão para a economia de mercado atingiu praticamente todas as ex-repúblicas socialistas da antiga União Soviética (SOMBRA SARAIVA, 2007, p. 258).

A mundialização do capital contou com determinações históricas que – ao lado das flexibilizações tanto comerciais como financeiras que permitiram elevar as trocas internacionais ao infinito – se beneficiaram da necessária intervenção dos Estados nacionais na promoção de um conjunto de liberações, desregulamentações e desbloqueamentos, visando estimular os investimentos em um patamar universal. O desenvolvimento da tecnologia de informática favorece esse fluxo internacional, pois é capaz de integrar as operações das Bolsas de Valores em um patamar mundializado.

Com isso, foram desalojados montantes de capital líquido das empresas e montantes armazenados em poupanças pessoais, disponibilizando-os em volumes elevadíssimos para serem articulados e centralizados em *instituições especializadas*, convertidas em *acionistas* com direito à propriedade dos ativos: fundos de pensão, seguradoras, sociedades de investimentos, fundos mútuos etc. A partir de então, as operações com o capital financeiro e fictício passaram a ter um papel preponderante no mercado de capitais em geral, e nas Bolsas de Valores em particular. Esse procedimento visava à reprodução ampliada desses valores, conforme explica Chesnais (2005, p. 36):

Correntemente designado pelo nome de “investidores institucionais”, esses organismos (fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimento) fizeram da centralização dos lucros não reinvestidos das empresas e das rendas não consumidas das famílias, especialmente os planos de previdência privados e a poupança salarial, o trampolim de uma acumulação financeira de grande dimensão. A progressão da acumulação financeira foi estreitamente ligada à liberação dos movimentos dos capitais e à interconexão internacional dos mercados dos ativos financeiros – obrigações públicas e privadas, ações e produtos derivados.

A fórmula encontrada para alavancar a ampliação do capital – valendo-se da massa de valor líquido, mas inoperante – foi a conversão desses valores em ativos financeiros capazes de proporcionar rendas, como ocorre normalmente com o capital financeiro e fictício. Dado o volume de capital centralizado, mesmo os investimentos produtivos estiveram, a partir de então, a eles submetidos. A concentração de capital naqueles empreendimentos, no final de 1990, alcançou US\$ 36 trilhões – o que levou a concluir que, nessas condições, tornara-se impensável a articulação de qualquer investimento sem a interferência desses *acionistas-investidores* internacionais. Vê-se, assim, a potencialização financeira desenvolvida nessa esfera, pelo volume de capital, pela capacidade de diversificação e de interferência em todas as áreas econômicas, especialmente a produtiva, nas quais se amplia o capital.

Os anos 1990 se abriram, portanto, comprometidos com uma geração de novas formas de renda; no entanto, a *produtividade*, a *capacidade produtiva* instalada, enfim todo o desenvolvimento das *forças produtivas* não alcançou revalorizar ampliadamente esse capital nos patamares anteriores à crise de 1974/1975. No entanto, as operações financeiras mantiveram seu dinamismo de investimento/financiamento de forma autônoma em relação à base produtiva (como

é de sua especificidade histórica); mantiveram uma autonomia nos ciclos creditícios, na formação de papéis (capital fictício), como derivativos, nas operações de Bolsas de Valores.

Conforme Chesnais (1996), o crescimento (produtivo) mundial médio dos anos 1990 foi de 2% a.a., enquanto nos anos 1960 esse crescimento médio alcançara a casa de 6% a.a. Isso reflete, com clareza, a histórica *queda da taxa de lucro*, resultante daquele incremento das forças produtivas. Diante das alternativas e das contradições instaladas, não é estranho constatar que existiam sinalizações de recessões e turbulências financeiras, umas seguidas das outras.

O capital industrial – submetido às exigências do capital financeiro ou em cumplicidade com este – intensificou o rebaixamento salarial, a redução dos quadros de trabalhadores, a intensificação do uso da força de trabalho, a queda no poder aquisitivo, buscando elevar as taxas de lucro e fazer frente às demandas do capital financeiro. Nesse sentido, Chesnais (1996, p. 304) observa:

A destruição de postos de trabalho, muito superior à criação de novos empregos, não é só uma espécie de fatalidade atribuída “à tecnologia” em si mesma. Ela resulta, pelo menos em igual medida, da mobilidade de ação quase total que o capital industrial recuperou, para investir e desinvestir à vontade, “em casa” ou no estrangeiro, bem como da liberalização do comércio internacional. O efeito desses fatores, por sua vez, é acentuado, de forma crescente, pela mudança de propriedade do capital industrial. Mesmo em grupos onde foi restabelecida a rentabilidade do capital, constata-se, por parte dos novos proprietários do capital (fundos de investimento, fundos de pensão, companhias de seguros) uma fortíssima pressão para reduzir ainda mais os custos, “eliminando gorduras de pessoal” e automatizando em velocidade máxima. É aí que se situa o ponto de partida de um encadeamento cumulativo e realimentador, cujos efeitos são depois agravados ainda mais pelas operações do capital monetário.

4

A CRISE DA GLOBALIZAÇÃO

Desde a chamada *crise dos subprime* nos Estados Unidos (iniciada em 2006 e anunciada em fevereiro de 2007), e desde a quebra do banco de investimen-

to norte-americano Lehman Brothers (em setembro de 2008), a crise de enorme proporção manifestada no setor financeiro anunciou a crise econômica “real”, ou melhor, global, atingindo todo o *ciclo do capital* (financeiro, produtivo e comercial). Essa crise foi comparada, não poucas vezes, à de 1929, dado o porte de capital que foi movido para amenizá-la; a expansão das quebras financeiras; o encolhimento da produção e do PIB; o desemprego; bem como a retração do comércio internacional. A partir de outubro de 2008, os organismos governamentais responsáveis pela manutenção da economia em padrões “saudáveis” dedicaram-se à busca de solução do problema financeiro, injetando bilhões de dólares no tecido financeiro afetado.

Em síntese, as declarações de países e organismos multilaterais, como FMI e Banco Mundial, caminham no mesmo sentido. Colocam a necessidade de os governos disporem de “todos os mecanismos” possíveis para pôr termo à crise que afunda o mundo financeiro a proporções nunca vistas desde 1929 (CRUZ, 2008).

Até outubro de 2008, a Bolsa de Nova York apresentava a vultosa queda de 29%, acumulados no ano; a União Europeia acertou, como solução, despendendo a cifra de até 2,5 trilhões de dólares em seu sistema financeiro:

[...] 15 países que compõem a zona do euro se reuniram, desta vez em Paris. Da mesma forma, as ações dos países europeus seguem as medidas adotadas dias antes pelo governo britânico e se resumem a financiamentos e compras de ações de instituições financeiras em dificuldades. Medidas que consumirão algo em torno de impressionantes US\$ 2,5 trilhões. Os bancos centrais europeus prometeram nada menos que “recursos ilimitados” aos bancos (CRUZ, 2008).

A mobilização internacional das autoridades políticas, financeiras e monetárias da Europa, em especial no mês de outubro de 2008, revelou o estado de “alerta vermelho” acionado na luta para conter uma possível devastação financeira incontrolável. Afinal, a Europa foi enredada nesse processo por seus bancos de investimentos, que passaram a participar dos ganhos com aplicações financeiras elevadíssimas em derivativos desenvolvidos inicialmente nos Estados Unidos, de tal forma que todo o tecido financeiro internacional contaminou-se. Assim, em reunião de emergência:

[...] O presidente da França, Nicolas Sarkozy, pediu, neste sábado, em Paris, que sejam revistas as regras do capitalismo financeiro “o mais depressa possível”. No final de uma minicúpula que reuniu líderes da França, Reino Unido, Alemanha e Itália, Nicolas Sarkozy defendeu que cada um destes países deve intervir nos casos de bancos em dificuldades, fazendo que os “dirigentes que errarem sejam punidos”.

Por outro lado, a “Comissão Européia [braço executivo da União Européia] deve fazer prova de flexibilidade na aplicação de regras em matérias de ajuda do Estado às empresas”, seguindo os “princípios do mercado comum” (SARKOZY, 2008).

As medidas para conter a crise financeira foram se desdobrando nesse momento. Em um ato inédito os bancos centrais da maioria dos países desenvolvidos reduziram suas taxas de juros, em uma atitude franca de reduzir as aplicações no setor financeiro e de tentar inverter os capitais para o campo produtivo, sem terem certeza, contudo, dos resultados.

A autoridade monetária americana, o Banco Central Europeu (BCE) e o Banco da Inglaterra cortaram, cada um, 0,5 ponto percentual em suas taxas básicas. A instituição dos EUA baixou de 2% ao ano para 1,5%; a européia, de 4,25% para 3,75%; a britânica, de 5% para 4,5%.

“Em razão da crise financeira atual, os bancos centrais estão comprometidos em consulta contínua e estão cooperando em ações conjuntas sem precedentes como a oferta de liquidez para diminuir as tensões nos mercados financeiros”, declarou o Fed em nota em sua página eletrônica.

[...]

[...] O Banco do Japão, segundo o Fed, expressou forte apoio a essas ações de política monetária, mas disse que não podia se permitir corte nas taxas, que já estão em 0,5% (BCS, 2008).

A corrida na direção do socorro necessário ao sistema financeiro envolveu a maioria das autoridades e foi feita de forma coordenada (como se a realidade capitalista não se movesse mais pela concorrência e como se a sociabilidade do capital estivesse orientada pela solidariedade), para afastar o terror que espreitava atrás de cada índice das Bolsas e para afastar outras sinalizações objetivas de instabilidade generalizada. Tudo foi se passando como se esses fenômenos tivessem surgido de forma inexplicável, vindos, reconhecida-

te, de um país cuja hegemonia econômica internacional contaminou a todos, despertando a trivial perplexidade de se achar diante de algo estranho, incógnito. Tal perplexidade deixou a impressão de que, até então, se acreditava que, com a mundialização do capital, com a globalização, houvesse excluído do panorama econômico mundial o fenômeno da crise, e inesperadamente fosse assolado por algo indeterminado: talvez um produto da negligência administrativa dos negócios financeiros, ou um distúrbio ético dos gestores do capital. Vale lembrar, nesse ponto, uma observação de Marx (1980, p. 547) referente à crise, feita em *O capital*, de 1863:

No mais, aqui tudo aparece invertido, pois num mundo feito de papel não se revelam nunca o preço real e seus fatores, mas sim somente barras, dinheiro metálico, bônus bancários, letras de câmbio, títulos e valores. E esta inversão se manifesta em todos os lugares onde se condensa o negócio de dinheiro do país, como ocorre em Londres; todo o processo aparece como inexplicável, menos nos locais mesmo da produção [...]. Por isso, à primeira vista, a crise aparece como uma simples crise de crédito e de dinheiro líquido. E, em realidade, trata-se somente da conversão de letras de câmbio em dinheiro. Mas essas letras representam, em sua maioria, compras e vendas reais, as quais, ao sentirem a necessidade de expandir-se amplamente, acabam servindo de base a toda a crise.

A crise em andamento desde o final de 2007 demonstrou ter ido muito além da esfera financeira ao registrar índices de retração econômica no campo da produção. O primeiro semestre de 2009 expôs os alicerces da economia já comprometidos com declínio nas esferas mais representativas de sua composição. “A taxa de desemprego nos Estados Unidos subiu para 9,4% em maio, maior nível desde leitura equivalente em julho de 1983. Em abril, a taxa havia ficado em 8,9%, segundo o Departamento do Trabalho do país” (DESEMPREGO, 2009).

Em um mês, o desemprego cresceu 0,5%, ou seja, houve queda de cerca de 700 mil postos de trabalho; a taxa de 9,4% – em uma população economicamente ativa (PEA) de aproximadamente 153 milhões de trabalhadores – significou um desemprego para cerca de 14 milhões de pessoas. É importante lembrar que, depois da crise de 1929, a taxa de desemprego alcançou 16% da massa ativa de trabalhadores ou um número próximo de 7 milhões de pessoas; a partir de 1931, a crise aprofundou-se aumentando o desemprego, que atingiu cerca de 13 milhões de pessoas, ou 29% da população ativa.

Certamente, os momentos históricos e as condições socioeconômicas são distintos, mas não se pode deixar de notar, comparativamente, o elevado índice de desemprego que os Estados Unidos vêm alcançando nesta crise (2007). Além disso, a crise de 1974/1975 registrou um desemprego de 17 milhões de trabalhadores no conjunto dos países imperialistas – o que ajuda também a balizar a dimensão da atual crise quanto à ocupação da força de trabalho.

Em termos gerais, quando os índices mostram a massa de desempregados, sabe-se estar diante, objetivamente, da impossibilidade da existência de milhões de pessoas, considerando, obviamente, que só encontram condições de sobrevivência aqueles que estão alocados em alguma esfera do trabalho *alienado*; resta, com o desemprego, sua exclusão peremptória de acesso àqueles meios de sua subsistência. Ainda faz-se necessário observar que o trabalho, sob a forma *assalariada*, expressa necessariamente uma condição de profunda inumanidade, e que a subtração dessa condição pelo *desemprego* não traz qualquer solução (infelizmente) à vida de milhares e milhares de pessoas. O trabalho *estranhado* só resulta em positividade para o capital, nisso consiste sua intrínseca negatividade e inumanidade.

Marx (1985, p. 105-106, grifo do autor), em 1844 – bem antes da concepção e redação de *O capital* – observa que:

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A *desvalorização* do mundo humano aumenta na razão direta do *aumento de valor* do mundo dos objetos [...] A *alienação* do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência *externa*, mas ainda que existe independentemente, *fora dele mesmo*, e a ele estranho, e que com ele se defronta como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil.

As exclusões que vieram atingindo os trabalhadores – pela inserção tecnológica, pela contenção de custos imposta pela concorrência, ou ainda pela remodelação produtiva e salarial – apontam para a espetacular cifra de mais de um bilhão de seres humanos convertidos em figuras famélicas, espectro de adorno periférico de um mundo contraditoriamente produtor de esplendorosas tecnologias e demais mercadorias.

Essa cifra foi contabilizada no andamento da crise atual, embora tenha suas raízes na fase anterior, isto é, na década de 1990 – período em que se

desenvolveram as forças produtivas e reorganizacionais do trabalho que resultaram na *globalização*. Esse processo de desregulamentação comercial e financeira que trouxe grande entusiasmo para os setores dominantes dissimulou as diferenças e as contradições contidas no capitalismo, aprofundando, contudo, sua mundialização.

A eliminação da figura geopolítica do Terceiro Mundo explicitou um pouco mais as concepções renovadas do velho liberalismo, postas sob roupagem neoliberal. O que Chossudovsky (2003, p. 123) observa como resultado da expansão do capital é a contraditória contração dos parques *benefícios* para o setor do trabalho:

Nos países do Norte, a contração dos níveis de consumo é exacerbada pela desregulação do mercado de trabalho: desindexação dos salários, emprego a tempo parcial, reforma antecipada e imposição do chamado corte salarial “voluntário”. Por sua vez, a prática de desgaste (que desloca o fardo do desemprego para os grupos etários mais baixos) impede a entrada no mercado de trabalho a toda uma geração.

Assim, a realidade examinada com critérios críticos não permite haver enganos por muito tempo. Entretanto, em suas pesquisas, Chossudovsky (2003) observa que – durante o longo processo de acumulação, desde o final de 1980 e o início de 1990 – foram forjados arbitrariamente critérios duvidosos de aferição da miséria socioeconômica que domina os povos, sobretudo dos chamados *países emergentes*, ou *em desenvolvimento*.

Segundo “cálculos” do Banco Mundial, 18% do Terceiro Mundo é “extremamente pobre” e 33% é “pobre”. No estudo oficial do Banco Mundial sobre a pobreza global, o “limiar superior de pobreza” é arbitrariamente definido como um rendimento per capita de um dólar por dia, correspondendo a um rendimento anual per capita de 370 dólares. [...] Por outras palavras, através da grosseira manipulação de estatísticas de rendimento, os números do Banco Mundial cumprem o útil objetivo de representar os pobres nos países em vias de desenvolvimento como um grupo minoritário. [...] Segundo as estimativas do Banco Mundial, por exemplo, na América Latina e nas Caraíbas apenas 19% da população é “pobre”: uma distorção grosseira, se considerarmos que, segundo fonte fidedigna, nos Estados Unidos (com um rendimento anual per capita que ultrapassa os 25.000 dólares), um em cada sete americanos se encontra (segundo o *Bureau of the Census*) abaixo do limiar da pobreza. [...]

O padrão de um dólar por dia não tem base racional: os grupos populacionais de países em vias de desenvolvimento com rendimentos per capita de 2, 3 ou mesmo 5 dólares por dia permanecem vítimas da pobreza (ou seja, incapazes de fazer face a despesas básicas de alimentação, vestuário, habitação, saúde e educação) (CHOSSUDOVSKY, 2003, p. 55-56).

Essas manipulações tiveram sustentação ideológica na aposta de que o capital, nesse momento de grande expansão, viesse a solucionar *magicamente* a dramaticidade social. Dessa forma, as relações entre países dominantes e subordinados, do ponto de vista econômico, mantiveram o mesmo padrão de sempre, isto é, captação de empréstimos e compra de tecnologia pelos emergentes, tendo como contrapartida a evasão do valor e o endividamento destes para com os desenvolvidos.

A dívida externa total dos países em desenvolvimento, em 1970, era de aproximadamente US\$ 62 bilhões de dólares; em 1980, alcançou a cifra de US\$ 658 bilhões; e, em 1998, multiplicou 32 vezes em relação a 1970, atingindo US\$ 2,46 trilhões – portanto, o desenvolvimento dos países emergentes ficou cativo de um endividamento que não fez senão tributar pesadamente os trabalhadores dessas regiões.

Desde a década de 1960, em restrita região do globo assiste-se a uma prática de exploração do trabalho intensivo em manufaturas, com base em drástica *redução salarial*, pelo aproveitamento dos excedentes de mão de obra dos países do Sudeste Asiático, os chamados *tigres asiáticos* (Hong Kong, Singapura, Taiwan, Coreia do Sul). Essa prática foi se consolidando e se expandindo, nos anos 1980 e início de 1990, para regiões como China e Leste Europeu. Valendo-se do endividamento dos países emergentes, os desenvolvidos foram transferindo parte da produção industrial de bens sofisticados para aquelas regiões que, em seguida, exportariam esses produtos para os Estados Unidos, a Europa e o Japão, de tal maneira que tanto os mercados quanto os processos de produção industrial domésticos fossem desmontados.

Nesse sentido, afirma Chossudovsky (2003, p. 114):

Embora o Terceiro Mundo continue a desempenhar um papel importante como produtor primário, a economia do mundo contemporâneo já não se estrutura de acordo com as divisões tradicionais entre “indústria” e “produção primária” [...]. Uma parcela cada vez maior da manufatura mundial processa-se no Sudeste Asiático, na China, na América Latina e na Europa de Leste.

O capital que vinha desempregando a força de trabalho já há alguns anos passou a encontrar, nos resultados dessa prática, enormes vantagens para a continuidade de sua acumulação. Tais vantagens encontradas pelo capital, nesse novo procedimento, são expostas por Chossudovsky (2003, p. 120): “O desemprego a nível mundial transforma-se numa alavanca de acumulação do capital global, regulando o custo do trabalho em cada uma das economias nacionais. A pobreza em massa regula o custo internacional do trabalho”.

A globalização expôs, de forma aguda, as contradições entre o capital e o trabalho tão pouco mencionadas, mas centrais quando se trata de analisar a inumanidade a que se submete o trabalho nessa etapa de acumulação de capital.

Em muitas economias exportadoras baseadas na mão de obra barata, o peso dos salários no PIB tem vindo a declinar de forma drástica. Na América Latina, por exemplo, os programas de ajustamento resultaram numa contração marcada dos salários, como parcela do PIB e percentagem do valor acrescentado na manufatura. Enquanto nos países desenvolvidos os salários dos trabalhadores constituem aproximadamente 40% do valor acrescentado na manufatura, a percentagem correspondente na América Latina e no Sudeste Asiático é da ordem dos 15% (CHOSSUDOVSKY, 2003, p. 120-121).

A *mundialização do capital* se deu em um processo de acumulação em que se polarizou a precarização da força de trabalho nos setores de vanguarda tecnológica, assim como houve uma superexploração mundializada da força de trabalho nos setores manufatureiros e agrários. Esse procedimento foi proporcionado pela flexibilidade tecnológica das novas indústrias que puderam movimentar-se de uma região para outra, valendo-se sempre do barateamento da força de trabalho em função de seu excedente. Novamente, Chossudovsky (2003, p. 123) dá referências no que se refere aos custos humanos desse padrão de acumulação:

Trata-se de um círculo vicioso: a transferência da indústria para o Sul e o Leste conduz à destruição econômica e ao desemprego nos países desenvolvidos, o que, por sua vez, tende a empurrar a economia mundial para uma recessão global. Este sistema caracteriza-se por uma capacidade de produção ilimitada. No entanto, o próprio ato de expandir a produção – através da transferência da produção material das economias de “salários altos” para as economias de “salários baixos” – contribui para uma contração da procura (nomeadamente por parte dos que perderam o emprego) que, em última análise, empurra a economia mundial na direção da estagnação global.

Em razão de haver a superconcentração de capital monetário, como foi visto anteriormente, e de se manter obviamente a concorrência monopólica, a articulação dessas duas pontas de exploração da mais-valia acentuou-se de tal maneira que o resultado foi uma *reconcentração* de capital a ser *revalorizado*. Dessa forma, o capital acentuou as condições que favoreceram inevitavelmente a crise e reproduziu seu caráter estrutural que, desde meados da década de 1970, tornou-se intrínseco à sua lógica acumulativa.

A dimensão aproximada do estrago cometido, também no capital, pela crise em andamento pode ser verificada pela constatação da alocação de recursos públicos para o setor financeiro privado de US\$ 16,5 trilhões, em 2009, nos Estados Unidos (EUA, 2009c) – importância relativa a nada menos do que mais de um PIB anual, do país que apresenta a maior magnitude de valor nesse quesito. Significa dizer também que existia valor-dinheiro em reserva suficiente para causar esse “empobrecimento” norte-americano (ou o “empobrecimento” europeu, que despejou US\$ 2,5 trilhões no mercado financeiro no mesmo período e pelas mesmas razões). Por fim, em meados de junho de 2009, o economista-chefe da JP Morgan Chase e presidente do comitê assessor da Associação de Banqueiros Norte-Americanos, Bruce Kasman, observa a possibilidade de retomada do crescimento a partir do terceiro trimestre de 2010, alertando, contudo, que isso não “revela saúde” econômica, mas é indicativo de que a crise *poderá vir* arrefecer (EUA, 2009a).

É possível dizer, nesse ponto, que a crise realizou um “enxugamento” dos excessos de valor dispostos sob várias modalidades de reservas, criados na fase expansiva ou de superprodução. No entanto, “saudável” ou não, os anseios e as perspectivas analíticas em geral – como a de Becker, por exemplo – colocam-se na direção da recuperação da economia para reinicialização do processo de acumulação concorrencial do capital.

5

CONCLUSÃO: CONTINUIDADE OU SUPERAÇÃO?

Se não é possível afirmar que a crise se mantém em processo, ela ainda não deu um sinal consistente que possa constatar sua recuperação efetiva, isto é, não há no horizonte visível notícia que permita vislumbrar o restabelecimento do curso “normal” das determinações fundamentais da produção do valor excedente e demais corolários relacionais que perfazem a lógica inumana do capital.

Um bom montante de novas análises e/ou opiniões vem mostrando a necessidade de se manter cautela no trato com o andamento das condições econômicas mundiais.

O presidente do Banco Central Europeu (BCE), Jean-Claude Trichet, disse hoje [20 de novembro de 2009] que “é cedo demais para afirmar que a crise acabou” [...].

Durante o Congresso Europeu de Bancos, Trichet falou que, embora os últimos acontecimentos tenham sido bons, “um volume significativo de apoio do Governo” está por trás deles.

[...]

Trichet lembrou que “as autoridades podem proporcionar apoio temporário considerável, mas, em uma economia de mercado, não se pode dirigir o setor financeiro ou dar apoio excepcional por tempo indeterminado” (PRESIDENTE, 2009).

Tal cautela vai se tornando mais visível a cada exposição das autoridades e analistas:

“Nós achamos que estamos rumo ao crescimento sustentável, mas essa recuperação será relativamente moderada e relativamente lenta”, disse John Lipsky, subdiretor-gerente do FMI.

“Ao mesmo tempo, você não pode descartar os riscos de uma nova estagnação” [reafirma ele].

Preocupações sobre o futuro da economia mundial tem deixado o mercado global em alerta nos últimos dias, em meio ao crescimento das taxas de desemprego nos Estados Unidos e de especulações de que algumas economias europeias poderiam mergulhar em recessão mais profunda em 2010 (NÚMERO, 2011).

Voltando a atenção para o fato de que parte importante do mundo industrial desenvolvido tributou aos emergentes a responsabilidade de ações na direção da superação da crise, observa-se que essa posição não encontra ressonância nas análises da Organização Mundial do Comércio (apud PAÍSES, 2009, grifo do autor):

Genebra – A demanda dos *países industrializados* sofrerá uma forte queda permanente, de centenas de bilhões de dólares, em consequência da dramática crise global. Mas o crescimento das economias de *Brasil, Rússia, Índia e China* (os *BRIC*) não será suficiente para compensar a menor expansão nos Estados Unidos e na Europa nos próximos anos, avalia a Organização Mundial do Comércio (OMC).

É importante ressaltar que o mais poderoso país europeu, a Alemanha, não se restabeleceu da crise e vem ainda sofrendo um aprofundamento desta em seu quadro financeiro – quadro esse que afeta todo o seu tecido econômico, ameaçando ainda a estrutura do próprio euro.

Entretanto, a crise que assola os bancos estatais da Alemanha – os *Landesbanken* como são denominados – é extremamente séria. Os *Landesbanken* pertencem aos governos dos pequenos estados confederados que compõem a Alemanha e são especializados em investimentos às pequenas e médias empresas alemãs, as conhecidas *Mittelstand*. Muitas destas necessitaram de gigantescos capitais estatais para se salvar da falência. Mas, apesar de tudo isso, ainda hoje, constituem o “maior risco sistêmico” para o sistema bancário da Alemanha.

Conforme avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI), os prejuízos dos bancos estatais da Alemanha totalizam centenas de bilhões de euros. Entretanto, até hoje o governo da primeira-ministra Angela Merkel tem evitado revelar a exata dimensão do “buraco negro” e, ainda, o esconde com empenho e precisão até dos órgãos institucionais da UE e do BCE. Os bancos alemães têm acumulado gigantescos prejuízos que arrasaram sua suficiência de capital. E até o *Commerzbank*, segundo maior banco privado da Alemanha, não resgatou ainda suas dívidas e não tem devolvido ao Estado os empréstimos que tomou (MERKEL, 2010).

Por fim, desde meados de 2009, o Japão vem apresentando deflação, em uma evidente subsunção ao recuo mundial criado pela crise em andamento (TAXA, 2009) sem dar sinais de reversão consistente até o momento.

Quais serão, portanto, as consequências que poderão advir de um restabelecimento das operações econômicas mundiais, de seu encaminhamento para os procedimentos considerados “normais”? Certamente, serão as mesmas con-

seqüências já conhecidas: a subsunção da sociabilidade humana às determinações do capital, sempre mais incrementadas pelas mais elevadas tecnologias e mais sofisticadas mercadorias, provenientes também de um histórico desenvolvimento científico; a continuidade do desenvolvimento das forças produtivas em geral, cujos resultados estejam orientados para a concorrência.

Principalmente nos períodos “normais”, o capital coloca em seu circuito o conhecimento científico convertido em tecnologia – isso significa que o capital subordina o conhecimento humano em todas as suas pontas, para realizar sua acumulação de valor, evidenciando a constante reconversão deste em capital (que entra, periodicamente em crise, como ficou demonstrado à sociedade).

Essa é a dramaticidade resultante da manutenção das atividades humanas subsumidas à reprodução ampliada do capital; este absorve todo o conjunto relacional que o envolve, absorve toda a energia humana disponibilizada, convertendo-a em valor. A constante reinstalação produtiva/tecnológica do valor sob a forma de capital se expressa em uma *rotineira lógica* de caráter aparentemente ilimitado, daí sua aparente “normalidade”; sua realização, entretanto, desfaz esse caráter tão logo se manifestem as contradições que lhe são inerentes.

Nesse sentido, a expansão das forças produtivas contrariamente à da capacidade aquisitiva geral da sociedade; a produção e a produtividade com vigor superior aos limites do mercado; a produção privada e a realização social; o valor em detrimento do valor de uso, tudo isto em conjunto quebra o percurso daquela lógica. E, quando essas contradições tomam um dado porte, dificultando e até impedindo aquele dinamismo “lógico”, vê-se a quebra do circuito e o advento da crise.

Não é absolutamente nova a noção de que a História vista pelo ângulo da acumulação de valor, do capital, revela-se uma enfadonha monotonia, como já observou Marx ao retratar a *metamorfose da mercadoria*, em *O capital*. A questão está em que – a cada ciclo e a cada crise – aprofunda-se o caráter inumano do capital e não se vislumbra qualquer alusão às alternativas viáveis para retirar a humanidade dessa monotonia e desse desumanismo, que dilacera objetiva e subjetivamente os indivíduos, destrói pela fome centenas de milhões deles em meio à elevada e extremamente requintada produção de mercadorias. Também não é absolutamente novo o fracasso do projeto liberal, requeitado pelo neoliberalismo; isto pode ser constatado sobretudo pelos informes a respeito da exclusão social, da superexploração mundializada da força de trabalho e do desemprego mundializado.

Ainda que liberais e pós-liberais tenham tido fôlego para retomar pronunciamentos de triunfo, frente à inserção dos países do Leste no mercado capi-

talista, na fase de mundialização do capital, fase prévia à crise, a mesma inserção forneceu as condições para a quebra do circuito acumulativo do capital, enredando grande parte dos países pós-revolucionários na miséria globalizada em que se encontram hoje, demonstrando na radicalidade que sua inserção não se tornou resolutive para o capital, isto é, não eliminou suas contradições e menos ainda as crises.

Certamente, não basta constatar a miséria, e muito menos esperar que a superação da crise traga de forma *mágica* a resolução da dramaticidade e que, tão logo tudo volte ao “normal”, seja esquecida a busca pela superação das *causas* da miséria. É preciso aferir, de forma correta, a base fundante das crises a fim de que os esforços na direção da superação desses mesmos fundamentos tenham os efeitos humanos requeridos pelas forças sociais empenhadas nessa empreitada. Superar no sentido proposto significa realizar a inspiração histórica de dominação direta, pelos homens, daquelas categorias que dão base e sustentação à continuidade reprodutiva do valor como capital, significa ainda

[...] reintegração da unidade humana a seu desenvolvimento multilateral. Não se trata da manifestação de uma aspiração utópica de reencontro com um paraíso originário – simples e igualitário [...]; não se trata, pois, de uma solução técnica para compor o indivíduo como uma unidade ou singularidade politécnica, mas da formulação e efetivação de uma ordenação societária que concretiza os outros (as forças sociais) para cada um como seu patrimônio pessoal (CHASIN, 2000, p. 77).

Referências

BECKER, G. *Época Negócios Online*, São Paulo, 27 maio 2009. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Commom/O,,EMI74764-166642,00CHOQUE+TEMPORARIO.html>>. Acesso em: dez. 2009.

BCS do mundo cortam juros em ação inédita; efeito é incerto, prevê FED. *Folha Online*, São Paulo, 8 out. 2008. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/cotacoes/ultnot/2008/10/08/ult1918u1252.jhtm>>.

CHASIN, J. Ad Hominem: rota e perspectiva de um projeto marxista. In: _____. *Ensaíos Ad Hominem 1* – Tomo II: Música e Literatura. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã VM, 1996.

_____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____. (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configurações e consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHOSSUDOVSKY, M. *A globalização da pobreza e a nova ordem mundial*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

CRISE deve levar número de desnutridos a mais de 1 bilhão em 2009, diz ONU. *Folha Online*, São Paulo, 19 jun. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u583427.shtml>>. Acesso em: 19 jun. 2009.

CRUZ, D. Governos europeus destinam trilhões de dólares para abafar a crise. 14 out. 2008. Disponível em: <www.pstu.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2009.

DESEMPREGO na zona do euro sobe a 9,5%, maior nível em 10 anos. *Valor Online*, São Paulo, 2 jul. 2009. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/desemprego+na+zona+do+euro+sobe+a+95+maior+nivel+em+10+anos/n1237557665365.html>>. Acesso em: 2 jul. 2009.

EUA vão sair da recessão no terceiro trimestre, preveem banqueiros. *Folha Online*, São Paulo, 16 jun. 2009a. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/economia/2009/06/16/ult35u70209.jhtm>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

EUA demitem 467 mil em junho; analistas esperavam menos cortes. *Valor Online*, São Paulo, 2 jul. 2009b. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/economia/2009/07/02/ult29u68419.jhtm>>. Acesso em: 8 set. 2011.

EUA: 16,5 tri U\$ mais pobres. *Folha Online*, São Paulo, 8 mar. 2009c. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u531248.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2009.

FLAMANT, M.; SINGER-KEREL, J. *As crises econômicas*. Portugal: Publicações Europa-América, 1983.

GASTOS dos consumidores nos EUA têm maior queda em quatro anos. *Folha Online*, São Paulo, 31 out. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/internacional/>>. Acesso em: 3 out. 2009.

GRESPLAN, J. L. S. *O negativo do capital*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

_____. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARX, K. *O capital – crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. t. 3, v. 2.

_____. *Manuscritos: economia y filosofia*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

MERKEL mitiga a grande crise econômica de seu país. *Monitor Mercantil Digital*, Zurique, 21 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.monitormercantil.com.br/mostranoticia.php?id=73612>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

NIVEAU, M. *História dos fatos econômicos contemporâneos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

OIT alerta para surgimento de “geração perdida” de jovens sem emprego. *Folha Online*, 11 ago. 2010. <http://www1.folha.uol.com.br/bbc/781568-oit-alerta-para-surgimento-de-geracao-perdida-de-jovens-sem-emprego.shtml>. Acesso em: 8 set. 2011.

PAÍSES ricos terão uma queda permanente no consumo, diz OMC. *Valor Online*, São Paulo, 20 nov. 2009. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI10575816367,00PAISES+RICOS+TERAO+UMA+QUEDA+PERMANENTE+NO+CONSUMO+DIZ+OMC.html>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

PIB da zona do euro tem contração recorde de 4,8% no 1º trimestre. *Folha Online*, São Paulo, 3 jun. 2009. Disponível em: <http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200906031014_RTR_1244024071nN03278843>. Acesso em: 3 jun. 2009.

PRESIDENTE do BCE diz que é cedo para falar em final de crise. *Folha Online*, São Paulo, 20 nov. 2009. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/noticias/0,,OI4112829-EI188,00.html>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

PRODUÇÃO industrial da Espanha declina 22,3% em maio na comparação com 2008. *Valor Online*, 3 jul. 2009. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/07/03/producao-industrial-da-espanha-declina-22-3-em-maio-ante-2008-756638855.asp>. Acesso em: 8 set. 2011.

RECESSÃO atinge EUA. *Folha Online*, São Paulo, 15 out. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/internacional>>. Acesso em: 15 out. 2008.

SANTOS, T. dos. *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *Revolução científico-técnica e a acumulação de capital*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SARKOZY defende revisão das regras do capitalismo financeiro. *Folha Online*, São Paulo, 4 out. 2008. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/lusa/2008/10/04/ult3679u4769.jhtm>>. Acesso em: 4 out. 2008.

SOMBRA SARAIVA, J. F. *História das relações internacionais contemporâneas*. São Paulo: Saraiva, 2007.

TAXA de desemprego no Japão em junho é a mais alta em seis anos. *Valor Online*, São Paulo, 31 jul. 2009. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/taxa+de+desemprego+no+japao+em+junho+e+a+mais+alta+em+seis+anos/n1237558254180.html>>. Acesso em: 31 jul. 2009.

VERGOPOULOS, K. *Globalização: o fim de um ciclo – ensaio sobre a instabilidade internacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.